

Os historiadores e as florestas: dez anos depois de *A Ferro e Fogo*

Ely Bergo de Carvalho*

Resumo

Em 1995 foi editado nos Estados Unidos *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, de Warren Dean. Alguns apontavam tal obra, na época, como um “modelo” a ser seguido em se tratando de história ambiental latinoamericana, e mais especificamente de uma história das florestas. Todavia, dez anos depois, não houve trabalhos que seguissem Dean, nos mesmos moldes, mas foram produzidos outros trabalhos de historiadores que abordaram florestas brasileiras. O objetivo deste artigo é avaliar a proposta de uma história das floresta feita por Dean, à luz desses trabalhos posteriores e das críticas a sua obra.

Palavras-chaves: história das florestas, história ambiental, diferença, abordagem processual, escala de análise.

Abstract

In 1995, it was edited in the United states of America *With Broadax and Firebrand: The destruction of the Brazilian Atlantic Forest*, by Warren Dean. This book was considered by some as “model” to be followed of environmental history in latin-America at that time, and more specifically of a "forest history". However, ten years later, there have been no work that followed Dean's, following his ideas, but other works by historians which dealt with Brazilian forests came out. In this article, I aim to evaluate the proposal of a history of forest made by Dean, in the light of more recent works and also of the criticism on his work.

Keywords: History of forests, Environmental History, difference, procedural approach, rank of analysis.

Introdução

No ano de 2005 completam-se dez anos da publicação de *With Broadax and Firebrand: The destruction of the Brazilian Atlantic Forest*, de Warren Dean, traduzido para o português em 1996, com o título *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Nessa obra, Dean abarcava o desafio de

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. E-mail: elycarvalho@zipmail.com.br.

fazer uma história das florestas, produzindo uma narrativa de como a Mata Atlântica brasileira, com cerca de um milhão de quilômetros quadrados, ao longo de “dez mil anos de ocupação humana”, chegou a atual situação, com a pequena porção da floresta ainda existente, formando um dos ecossistemas mais ameaçados do Brasil.

Ao reunir e analisar uma enorme quantidade de fontes “primárias” e estudos monográficos de diferentes disciplinas, como a ecologia e a climatologia, Dean revelou o quanto esse diálogo é necessário, mas também o quanto os historiadores, a partir do instrumental próprio da sua disciplina, podem contribuir para o debate ambiental contemporâneo.

Uma grande obra de história ambiental, rubrica sob a qual nos Estados Unidos, desde a década de 1970, vem sendo produzido um debate historiográfico. Os que se denominam historiadores ambientais não apenas chamam a atenção para a ausência da natureza em nossos processos de compreensão das sociedades no tempo; eles nos recordam de que a natureza não é uma paisagem passiva, ela também é dotada de agência.^{clxxiii} Infelizmente, a morte de Dean em 1994, além de nos privar do trabalho de um grande brasileiro, nos deixou sem uma continuidade em sua entrada nos debates de história ambiental.^{clxxiv}

Dez anos depois, apesar da boa repercussão no mercado editorial nacional de *A ferro e fogo*, não houve nenhum trabalho de fôlego, como o seu, que acompanhasse o propósito de uma história das florestas.^{clxxv} Embora elogiado pela ousadia, pioneirismo e grandiosidade, foram inúmeras as críticas à obra de Dean. O objetivo desse artigo é avaliar, à luz das pesquisas realizadas nos últimos 10 anos no Brasil, a proposta de uma história das florestas tropicais feita por aquele autor..

História das florestas: a proposta de Dean

Warren Dean, ao iniciar sua grande narrativa da devastação da Mata Atlântica, indaga: “É possível uma história das florestas?”.^{clxxvi} É evidente que não se está falando de uma história da evolução dos ecossistemas — para muito antes da presença humana no planeta, campo de competência da paleobotânica ou paleoecologia — e sim do “estudo [histórico] da relação entre a floresta e o homem”.^{clxxvii} No entanto, que não seja como:

Uma modalidade de história florestal [que] tem sido escrita na América do Norte e nela a floresta aparece como matéria-prima para o comércio de madeira e nada mais. A floresta é uma reserva viva de madeira. Esses relatos estão repletos de intencionalidades humanas, transbordantes de ambição saciada, o enredo do teatro e do folclore, mas neles as florestas não são reconhecíveis em sua entelúquia, como sociedades compostas de milhares de espécies de plantas e animais. [...] Na Europa, foram escritas ricas ‘histórias florestais’, sensíveis às particularidades locais e aos projetos humanos, e cautelosas na explicação do comportamento e do ser das formas de vida que as constituem. No entanto, sua temática, lamentavelmente, limita-se ao manejo de arvoredos desganhados e podados e de macabras reservas de caça: na verdade, campos de concentração para o

mundo natural e não o próprio mundo natural. Nem poderia ser de outra forma: naquele continente, ‘difícilmente [há] um pedaço de terra que não tenha sido revirado milhares e milhares de vezes’ (grifo meu).^{clxxviii}

No Brasil, existem trabalhos de história econômica e de história das técnicas que abordam as florestas na primeira perspectiva citada por Dean: fazem uma história econômica da madeira, do seu uso, exploração, desperdício e implicações no desenvolvimento econômico. A preocupação que inspira uma história florestal hoje, ao contrário dos anos 1970, não é “desenvolver a nação”, mas sim, as questões inspiradas pela crise ambiental e pela proposta de um ecodesenvolvimento.^{clxxix} Afinal, cada sociedade faz suas próprias perguntas ao passado. Conforme David Arnold argumenta, vive-se em uma época na qual se valoriza cada vez mais a “natureza”, mesmo que “violada” em uma escala sem precedente. Assim, é certo que os historiadores façam suas as preocupações que informam e agitam as sociedades onde eles mesmos vivem.^{clxxx}

Dean ainda chama a atenção para as especificidades locais. Ou seja, no Brasil, trata-se de florestas tropicais e subtropicais, uma vez que as florestas temperadas, como, em geral, as da Europa e da América do Norte, são ecologicamente diferentes, pois sua baixa biodiversidade permite que mesmo com sua destruição, com o corte raso da vegetação arborescente, ela se recupere em condições semelhantes às de antes da intervenção.

O mesmo não se pode esperar em relação às florestas tropicais, que podem quase certamente ser destruídas mas talvez nunca se restabeleçam nos lugares de onde foram eliminadas. Daí a tragédia. A destruição dessas florestas é irreversível, no âmbito de qualquer escala temporal humana. Quando a floresta tropical é destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade, e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável. Pois embora seja exequível catalogar as formas de vida da floresta boreal – e, de fato, isto está bastante adiantado – o inventário de uma floresta tropical fica bem além de nossos recursos, atuais ou no futuro próximo. O desaparecimento de uma floresta tropical, portanto, é uma tragédia cujas proporções ultrapassam a compreensão ou concepção humanas.^{clxxxi}

Daí a diferença que Dean faz entre uma história das florestas nos trópicos e a história das florestas feita na Europa que, apesar de rica, “sua temática, lamentavelmente, limita-se ao manejo de arvoredos desgalhados e podados e de macabras reservas de caça: na verdade, campos de concentração para o mundo natural e não o **próprio mundo natural**” (grifo meu).^{clxxxii} Efetivamente, as florestas na Europa em “tempos históricos” não têm uma história linear de destruição, havendo períodos marcados por seu avanço – como o período posterior à Peste Negra – e períodos de recuo. Mas, se não estivesse lá o “próprio mundo natural”, estaria ele nos trópicos?

Quando Colombo fez a primeira vistoria da costa antilhana, mais de dez mil anos de ocupação humana já [...] haviam transformado [a floresta] de maneira incomensurável até para os mais dedicados esforços arqueológicos. Apesar disso, de todos os continentes

tropicais, a América do Sul foi o último a ser invadido pelo homem, e o domínio humano de suas florestas foi muito menos intenso e duradouro que o da Ásia, África e Austrália. Por isso, os europeus em seu Novo Mundo encontraram **uma natureza mais pura que a de outros pontos dos trópicos** e, assim, uma parte muito maior do processo de degradação ocorreu em uma era de registros escritos (grifo meu).^{clxxxiii}

Para Dean, pelo menos, estar-se-ia mais próximo “da natureza pura”.^{clxxxiv} Partindo dessa situação inicial da floresta anterior à presença humana o autor vai buscar narrar e dimensionar os efeitos da ação humana sobre tal floresta. Entendendo, todavia, que a ação humana na floresta é, basicamente, a sua destruição. Pois, para ele, a “*floresta tropical é um lugar inóspito para o homem*”,^{clxxxv} e mais o “*avanço da espécie humana funda-se na destruição de florestas que ela está mal equipada para habitar*”.^{clxxxvi} Toda a história florestal é, para o autor, “uma história de exploração e destruição”.^{clxxxvii}

Crítica à proposta de Dean

Basicamente as críticas à obra de Dean podem ser reduzidas à questão de ele homogeneizar a história das florestas; é como se se partisse da “*perspectiva da floresta*” diante da qual toda intervenção humana seria negativa, não podendo-se perceber as descontinuidades que formam a história da relação das sociedades humanas com o bioma da Mata Atlântica.^{clxxxviii}

Iniciemos à partir da citação de que o ser humano está “mal equipado para habitar” a floresta. Deve-se considerar que não há um ecossistema que seja “natural ao ser humano”, que ele esteja “bem equipado para habitar”. Até se pode considerar que há ecossistemas que facilitam ou dificultam a sobrevivência humana, mas, neste caso, a floresta tropical não é o ecossistema mais inóspito. No entanto, essa não é a questão central, e sim, lembrar uma das maiores características humanas, sua capacidade de adaptação — e invenção de diferentes formas de apropriar, de representar e de viver com a floresta — graças a ela mesmo que sua presença implica necessariamente **alterar** a floresta, não implica necessariamente **destruí-la**. Em alguns casos, é difícil não falar em destruição, ou pelo menos em uma mudança radical do ecossistema. Contudo, na maioria dos casos, é bem mais difícil determinar quando uma ação “destrói um ecossistema”. Donald Worster se pergunta: “*Qual o grau de estabilidade desses ecossistemas naturais e qual o grau de sua suscetibilidade a perturbações?*” À partir de qual momento uma mudança no seu “equilíbrio” pode ser chamada de danosa ou destruidora? Quando se pode falar que o ser humano destruiu um ecossistema?

Os ecologistas não têm certeza e não podem dar respostas exatas. Por isso o historiador ecológico acaba preferindo dizer que os homens provocam ‘mudanças’ no ambiente – pois ‘mudanças’ é um termo neutro e incontestado – e não ‘danos’, um conceito muito mais problemático.^{clxxxix}

Não se quer negar aqui que a relação da sociedade ocidental com as florestas no Novo Mundo esteja sendo de exploração e destruição. Que essa relação transparece, especialmente, quando percebemos o processo na longuíssima duração, como salienta A. Crosby:

Por duas vezes as Américas e a Australásia já proporcionaram benefícios imensuráveis para a humanidade, uma durante o paleolítico e a outra durante o último milênio. Os lucros obtidos durante a primeira entrada nessas divisões menores da Pangéia [as Américas e a Australásia] foi quase todo utilizado nos primeiros milhares de anos do Holoceno. Hoje estamos auferindo os benefícios provenientes da segunda entrada [a partir de 1492] mas a erosão extensiva, a redução de fertilidade e o aumento explosivo do número daqueles que dependem da produtividade dos solos neo-europeus devem nos fazer lembrar que os lucros são finitos. Carecemos hoje de um florescimento de inventividade equivalente ao ocorrido no Neolítico — ou, na ausência disso, de sabedoria.^{cxc}

Entretanto, a relação com as florestas não é apenas de devastação. Se for considerada a diversidade das relações existentes entre os seres humanos, as florestas e o *continuum* que os liga — por exemplo, os seringueiros das reservas extrativistas que plantam e retiram seu sustento do meio da floresta, ou os agricultores que cultivam a floresta, como no sistema bracatinga de agrossilvicultura^{cxcii} — pode-se questionar se o avanço da espécie humana sempre foi às expensas da floresta.

Warren Dean reconhece que o antagonismo “*não é, em nenhum momento, parte necessária da relação*”^{cxciii} entre as sociedades humanas e as florestas. Mas continua a trabalhar com uma divisão entre “paisagem natural” e “paisagem social”, partindo de uma “floresta natural”, na qual toda intervenção humana seria uma mácula. Estudos recentes mostram que nem todas as intervenções humanas no ambiente reduzem a biodiversidade. Isto é, reduzir a biodiversidade não seria da “natureza” da ação humana, mas dependeria do tipo de interação que a sociedade estabelece com seu ambiente.^{cxciii}

Para superar a dicotomia natural versus social, à partir de uma abordagem processual, podemos pensar a floresta como uma paisagem no sentido material e simbólico do termo, resultado da interação entre forças sociais e naturais,^{cxciv} que, ao longo da história, produz diferentes paisagens/florestas; e não uma seqüência contínua e linear de devastação. Ou seja, pretende-se pensar o social e o natural não como dicotômicos, mas perceber o seu *continuum*, revelado no seu processo de produção. Afinal, mesmo áreas que pareçam ser intocadas pela mão humana, podem ser resultados dessa ação, como as “matas de bambu da Amazônia”, com cerca de 85.000 Km², que são “*resultado de queimadas num período pré-colombiano bastante recuado*”, o próprio Dean argumenta muito bem a impropriedade de se referir a “mata virgem”,^{cxcv} ou ainda como afirma S. Schama “*esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos.*”^{cxcvi}

A excessiva homogeneização, na citada obra de Dean, por ser percebida quando, por exemplo, assevera sobre a Mata Atlântica:

Durante quinhentos anos, a Mata Atlântica propiciou lucros fáceis, papagaios, corantes, escravos, ouro, ipecacuanha, orquídeas e madeira para o proveito de seus senhores coloniais e, queimada e devastada, uma camada imensamente fértil de cinzas que possibilitavam uma agricultura passiva, imprudente e insustentável. [...] [E a] exaustão da Mata Atlântica não parece estar produzindo uma transformação de estratégia.^{cxvii}

Isso é semelhante à afirmação de que o Brasil se constituiu para a produção extensiva, para o mercado externo. Tal “visão plantacionista”, desde pelo menos a década de 1970, vem sendo questionada por historiadores, que reduziram suas escalas de análises, através de um trabalho minucioso com as fontes, e, com isso, questionaram a homogeneidade e colocaram em seu lugar a dinâmica dos processos históricos.^{cxviii} Ou seja, seria possível afirmar que a história do Brasil poderia ser resumida no fato de que, para a construção da riqueza de alguns, os recursos naturais das atuais terras brasileiras foram exauridos e degradados por uma economia principalmente agroexportadora, resultando na sociedade brasileira atual, marcada pela desigualdade e o meio degradado em que vivemos. Tal visão não é exatamente incorreta, porém, é amplamente insuficiente e enganadora.

Como bem argumenta Regina H. Duarte, nessa perspectiva, a história ambiental do Brasil “passa a ser uma seqüência de destruições”, como em, *A Ferro e Fogo*, obra na qual “a história da Mata Atlântica é narrada através do desfile cronológico das mazelas, ganância e imprevidência da sociedade brasileira”. Todavia,

a perspectiva do homem unicamente como um elemento destruidor acaba por sintonizar-se à arraigada oposição entre a sociedade e a natureza, na qual o homem, para criar a cultura, afasta-se do meio natural, usando os seus recursos como uma espécie de armazém. Não nos espreitaria aí, dissimulado, o pressuposto da incompatibilidade entre a sociedade e a natureza, em que a ocupação humana é sempre vista como a causa da destruição e o homem aparece como o único grande erro da natureza? Finalmente, não se reforçaria um traço marcante da autoconsciência ocidental moderna, com matrizes hobbesianas, em que o homem se percebe como um ser naturalmente competitivo, econômico, belicoso e destrutivo que o contrato social deve conter através de regras estabelecidas? Como substituir uma história antropocêntrica por uma história antropofóbica?^{cxix}

A pergunta básica de Dean é como as florestas foram destruídas e não quais inter-relações se estabeleceram com elas. Quando se olha de longe, a tecitura das relações estabelecidas com a floresta realmente parece ser homogênea, um longo processo de destruição; mas, quando se olha de perto percebe-se pontos de contatos, de conflitos, a diversidade, os espaços vazios, onde ainda hoje, talvez, possa-se buscar construir relações diferentes com a floresta.

Por exemplo, a agricultura de coivara é apontada por Dean como uma das grandes vilãs na destruição da Mata Atlântica. Entretanto, no interior da então província de São Paulo nos séculos XVIII e XIX, havia uma agricultura de coivara que tinha a capacidade de se reproduzir ecologicamente por longo prazo. Foi a expansão da lavoura cafeeira e o crescimento demográfico que acabaram com a abundância de terras, colocando cercas nas propriedades, aumentando o nível de exploração da terra e, conseqüentemente, o nível de degradação. O resultado desse processo foi a inviabilização do cultivo e contribuiu para a expropriação dos “caipiras”.^{cc} A agricultura de coivara não é uma técnica destruidora do ambiente por excelência, seu impacto é “aceitável”, ou não, dependendo de uma série de condições:

Essa agricultura, chamada itinerante ou de coivara, tem sido geralmente considerada não prejudicial ao ecossistema como um todo; com o tempo, o equilíbrio é restabelecido. Mas em algum momento, à medida que se intensifica esse tipo de agricultura, a capacidade regenerativa da floresta é afetada permanentemente, e o ecossistema é prejudicado.^{cci}

Outro exemplo é o fato de Warren Dean ir ao encontro do geógrafo Reinhard Maack, o qual afirma que, devido à destruição da Floresta Estacional Semidecidual do norte do Paraná, iria ocorrer uma perturbação:

do limite normal entre as zonas climáticas Cfa e Cwa. [...] [O que iria produzir] uma tendência cada vez maior dos extremos. Uma vez os invernos serão muito secos com aridez catastrófica nos meses de maio a setembro e outra vez serão excessivamente úmidos com entradas da frente polar e alteração do coeficiente de variação das precipitações de 1,6 para 2,9 ou mais.^{ccii}

Ora, Dean inclui estas mudanças climáticas como um dos fatores que levaram à decadência da lavoura cafeeira no Paraná, na década de 1970.^{cciii} Entretanto, um outro estudo, na área de climatologia, indica que, apesar do desflorestamento, não houve uma alteração climática em nível regional. A pluviosidade, nessa região meridional, não diminuiu, provavelmente devido ao fato de que as chuvas naquela região possuem sua origem associada às oscilações da Frente Polar Atlântica. Sendo assim, as alterações se reduziram à escala microclimática.^{cciv} Tais divergências apontam as dificuldades e a complexidade dos estudos em climatologia histórica, no entanto, a segunda posição é hoje mais aceita.

Ou ainda, um outro exemplo, pode ser extraído da forma como Dean aborda a relação dos brasileiros com a floresta nos seguintes termos:

O ódio secular da vida selvagem, expresso pela maioria dos neo-europeus brasileiros, conjugado à disposição geral de saquear o patrimônio nacional em proveito privado, como se o país ainda fosse uma colônia e houvesse algum outro El Dourado em outras índias para compensar quando nada de valor restasse dessa morada temporária, talvez

seja suficiente para explicar, em termos gerais, por que a floresta está desaparecendo (grifo meu).^{ccv}

É correto que Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra fundadora, já identificava a “mentalidade” brasileira produzida na colônia através do tipo ideal “aventureiro”, em oposição ao “trabalhador”, e como tal estava sempre pronto a “se adaptar ao meio” para “*feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão*”.^{ccvi} Por mais que possamos concordar que, de forma geral, o “mundo natural”, no Brasil português não foi algo positivado,^{ccvii} devemos reconhecer um certo essencialismo nessas teses. Umahistória da sensibilidade para com o mundo natural, no Brasil, que dê conta das descontinuidades, ainda está por ser feita.^{ccviii} Não podemos considerar apenas as formas hegemônicas de pensar que conformam o “imaginário nacional”, mas os diferentes modos de vida – em um país com uma diversidade cultural tão grande – que produzem imaginários específicos sobre os seus ambientes.^{ccix} José Augusto Drummond, ao avaliar a tese de Dean sobre o processo de “transformação de capital natural em capital social”, afirma que:

Sem negar que houve desperdícios incríveis no aproveitamento dos recursos da Mata Atlântica e que há desigualdades sociais escandalosas na sociedade brasileira contemporânea, sinto que Dean foi neste livro implacável com os habitantes das terras florestadas brasileiras, desde os anônimos indígenas coletores e caçadores até os modernos ambientalistas urbanos.^{ccx}

E lembra que outros países também devastaram suas florestas, em especial, durante seus processos de industrialização. Desta forma, para Drummond, “*os brasileiros acabam injustamente estigmatizados como excepcionais destruidores de florestas e sofríveis produtores de riquezas*.”^{ccxi} De modo semelhante, Barbara Winstein, ao comparar a história do desflorestamento, na Nova Inglaterra e no Brasil, assinala que a história da devastação da Mata Atlântica parece menos extraordinária do que Dean desejaria, não devendo, portanto, a referida devastação ser atribuída a uma imperfeição moral peculiar dos brasileiros. Não obstante, esta constatação, não deve fazer os resultados parecerem menos trágicos.^{ccxii}

A floresta: outras racionalidades, outros significados

Aproximemo-nos da tecitura da floresta, buscando entender as citadas diferenças, sobretudo diferentes racionalidades e diferentes significados. Cabe, primeiramente, um alerta: o mundo natural não pode ser tomado como um invariante. Ao contrário, deve ser entendido em sua diversidade e dinâmica próprias, mas, também, como elementos que são continuamente ressignificados. Não devemos tomar de forma ingênua os discursos das ciências naturais, como se esses expressassem a “natureza” e não fossem produtos culturais e de relações

de poder.^{ccxiii} Esse é um dos motivos pelos quais, mesmo os elementos “naturais”, não devem ser apreciados como “objetos naturais”.

Por exemplo, Christian Brannstrom argumenta que a Mata Atlântica da qual parte Dean com 1,2 milhões de quilômetros quadrados, foi definida por vários decretos presidenciais do início dos anos 1990, com base em um mapa publicado em 1988, escala 1:5.000.000, do IBGE, mostrando os tipos de vegetação brasileira no início do século XVI, o qual, além de incluir Floresta Ombrófila Densa, situada no litoral, incorporava também, como parte da Mata Atlântica, a Floresta Estacional Semidecidual e a Floresta Ombrófila Mista, além de outras categorias menos significativas. Posteriormente, tal classificação foi alterada. Na edição de 1993 do citado mapa, foram retiradas as menções à Mata Atlântica, mas graças em grande parte, ao *lobby* ambientalista, principalmente de ONGs como a *SOS Mata Atlântica*, foi a “grande Mata Atlântica” que foi oficializada nos decretos governamentais.

Analisando uma área em torno da região de Assis, em São Paulo, Brannstrom afirma que aquela região seria melhor compreendida como um mosaico de Cerrado, Cerradão e Floresta Estacional Semidecidual. A partir desse caso, o pesquisador infere que algumas afirmações feitas por Dean sobre a quantidade de área desflorestada devido a determinadas atividades econômicas devem ser revistas, pois a base da qual ele partiu (uma “Mata Atlântica” biologicamente, demasiadamente homogênea) não contemplava a diversidade arbórea real da região estudada.^{ccxiv} Mas o que gostaria de destacar é o fato da delimitação da Mata Atlântica, atualmente vigente em termos legais, ser mais o resultado de embate de poderes do que de um rigoroso trabalho de biogeografia, mostrando como aquilo que parecia, sumamente biológico, é, também, e não somente, uma produção cultural.^{ccxv}

Quando adotamos uma perspectiva processual, rompemos com a dicotomia entre uma história sócio-cultural, atenta às discontinuidades e uma história ambiental, que ficaria presa em um determinismo de longa duração. Dicotomia na qual Alain Corbin parece ficar preso:

É tempo, para os historiadores, de reexaminar a noção de prisão de longa duração e os ritmos defasados da temporalidade braudeliana; estes últimos impõem a imagem de rios, mais ou menos rápidos e agitados, que não misturam suas águas. Convicção que torna difícil assinalar as gêneses, traçar as genealogias e, sobre tudo, detectar a coerência das representações tais como se estruturam em uma determinada época; em suma, trata-se de uma modelo que opõe um obstáculo dificilmente superável a uma autêntica história sociocultural.^{ccxvi}

Ou seja, para Alain Corbin a “longa duração não se enquadra na história sócio-cultural. Pois pressupõem um significado fixo para um fenômeno (uma montanha, um rio, um mar) e não atenta para as mudanças de representação que este objeto sofre durante sua existência física.”^{ccxvii} Não se trata aqui de discutir o quanto a obra braudeliana cai em um determinismo de longa duração, mas de

afirmar que não podemos prescindir, para fazer uma história das florestas, dos condicionantes ambientais de longa duração.^{ccxviii} Mas que não sejam tomados em uma relação da causalidade linear, e sim como condicionantes inseridos em um quadro complexo de interações, “datáveis”. Um bom exemplo deste problema metodológico aparece nas críticas que David Arnold faz a obra de alguns historiadores ambientais, em especial à Alfred Crosby em *The Columbian Exchange*. Para Arnold a ênfase exagerada dada por Crosby nos condicionantes ambientais/biológicos obscurece o papel ativo dos conquistadores no processo de genocídio das populações nativas americanas. Para Arnold os condicionantes ambientais devem estar sempre inseridos em suas interações socio-culturais, e sempre mediados culturalmente.^{ccxix}

Isto posto, abordemos a questão proposta no início do item sobre as diferentes racionalidades. Apesar de Dean dar pistas importantes para se entender o aparato estatal de conservação ambiental e de atuação do movimento ambientalista, seu trabalho não atenta para as diferentes racionalidades estabelecidas nas várias formas de apropriação do ambiente ao longo de, pelo menos, dez mil anos de ação antrópica na Mata Atlântica, enquadrando-se dentro do que Enrique Leff denomina “história ecológica”:

Nesta visão não se consegue conceber a complexidade ambiental, como um processo enraizado em formas de racionalidade e de identidade cultural que, como princípios de organização social, definem as relações de toda sociedade com a natureza; a história ambiental se limitaria a estudar as formas como diversos modos de produção, formações sociais e estruturas de classe, se apropriam, transformam e destroem os recursos do seu entorno.^{ccxx}

Mesmo que às vezes os processos sejam, cada vez mais, conduzidos por agentes que operam dentro de uma racionalidade instrumental econômica,^{ccxxi} e que consideremos o fato de grande parte dos resultados da degradação ambiental serem “efeitos perversos”, ou seja, resultados não esperados da ação dos agentes, muitas vezes resultados cumulativos na longa duração, nem sempre perceptíveis aos agentes,^{ccxxii} ainda assim, devemos ser sensíveis a essas outras racionalidades. Isto não necessariamente implica uma ação “ambientalmente mais sustentável”, por parte dos sujeitos estudados, mas reconhecer diferentes formas de apropriação, ligadas a diferentes modos de vida e visões de mundo, de diferentes indivíduos e grupos, com diferentes formas de interação e diferentes identidades. Filio-me aqui àqueles que acreditam que tais ligações são centrais para pensar outras formas de nos relacionarmos com nosso ambiente, outras formas de ser, isto é, a crise ambiental contemporânea não é uma mera questão tecnológica, econômica ou espiritual; ela é “civilizacional”. E cabe, portanto, quando olharmos para o passado, buscarmos também essas ligações mais amplas que conformam nossa relação com o ambiente.^{ccxxiii}

O caso da coivara, já citado, é exemplar de tais outras racionalidades. Mas vejamos outro exemplo: o dos “camponeses” que têm sua própria “ordem moral”, na qual:

Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projete o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria.^{ccxxiv}

Por mais que a lógica de mercado tenha se ampliado no mundo camponês, desarticulando-o, especialmente na segunda metade do século XX, ainda é possível encontrar traços desta “campesinidade” o que mostra a força de tal “ordem moral”.^{ccxxv}

A persistência de uma “campesinidade” como ordem moral teria alguma relação, na atualidade, com alguns heróicos “agricultores experimentadores”, que na contramão do mercado continuam a produzir suas próprias sementes e a selecionar novas variedades, sem depender das grandes empresas de insumos, lutando, desta forma, contra a atual erosão genética que atinge o patrimônio genético do planeta?

Outro exemplo pode ser encontrado no fato da devastação da floresta ser o marco da fronteira entre “civilização” e “barbárie”, entre moderno e atraso, isto é, o liame entre a frente de expansão e a frente pioneira. Como assinala José de Souza Martins, essa fronteira é o encontro entre tempos diferentes. São diferentes “mundos”, são pessoas que vivem em “tempos históricos” diferentes, e que na fronteira se encontram, em uma “contemporaneidade da diversidade”.^{ccxxvi} Ou pode-se dizer que é o encontro de pessoas que possuem racionalidades diferentes. Para todo aquele que não se contenta em contar a história apenas pela versão de quem está do lado de cá da fronteira, dos que se intitulam “civilizados”, devem ficar atentos para que, do lado de lá da fronteira, há e havia outras racionalidades. Ou melhor, devemos reconhecer que dos dois lados da fronteira há racionalidades diferentes, para não se correr o risco de efetuar uma simples inversão de preconceitos, com “a ‘civilização’ passando a ser vilipendiada com todos os estigmas anteriormente atribuídos à ‘barbárie’”, o que não nos ajuda a escrever

uma boa ‘história vista de baixo’, ou a reconstituir a ‘visão dos vencidos’; ela apenas contribui para ocultar, mais uma vez, a diferença e a contradição, pois decide de antemão, embora situando-se no campo social antagônico, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.^{ccxxvii}

E mesmo quando os agentes se situam dentro de uma “racionalidade instrumental econômica”, não podemos reduzir a floresta ao significado que o mercado dá para ela, ou seja, o de “mercadoria”. Em geral a realidade é mais complexa. A floresta é um elemento simbólico riquíssimo. De “inferno verde” a “paraíso tropical”, nosso imaginário sobre as florestas é repleto de

diversidade.^{ccxxviii} A floresta é um lugar de diversidade, não só biológica. Na fronteira — na frente de expansão e na pioneira — ela é um lugar de encontro com o Outro e, em alguns casos, é o lugar do Outro.

Disso resulta a dificuldade de se tentar apreender tal diversidade, como se fosse algo coeso. Marcos Gerhardt, estudando a “Colônia Ijuhy”, situada no interior do Rio Grande do Sul, entre meados do XIX e princípios do XX, afirma que há uma ambivalência diante das florestas. Ela é um lugar associado a perigo e ao desconforto. No entanto, também é um local-fonte de recursos necessários, um lugar de abundância.^{ccxxix}

É correto que a sociedade moderna se caracteriza por uma constante desterritorialização e pela redução dos significados do ambiente ao de “mercadoria”,^{ccxxx} mas, ao mesmo tempo, percebemos um processo contínuo de novas reterritorializações e de criação de outros significados para o ambiente.^{ccxxxi}

Eu mesmo me questionei que outros significados possuíam os remanescentes florestais para os agricultores, em geral, familiares e tecnificados, no noroeste do Paraná, uma das regiões mais desflorestadas do país, sendo que a grande maioria do processo de desflorestamento da região é posterior à Segunda Guerra Mundial. Percebi que os agricultores valorizavam a mata principalmente pelo seu valor econômico, ou pelo menos pelo valor de uso: por ser “um madeirão danado”, mas, também, compreendi que se eles aderiram ao “tema ecológico”, isto se dá nos termos deles próprios, o que se expressa na forma particular como aquele grupo entende a preservação ambiental:

1 – que, em consonância com valores da campesinidade, eles não compreendem que o ato de preservar seja não utilizar;

2 - entre os agricultores, uma motivação para preservar é que a floresta pode ser percebida como um lugar de memória que evoca um passado, que faz parte de sua identidade;

3- que, às vezes, desvinculam a sobrevivência do ambiente de sua própria sobrevivência. Assim, argumentam a “necessidade” de preservar a mata como um tipo de “reliquia museológica” para que a geração futura veja o que era no passado. Essa concepção se expressa ainda ao afirmarem que árvores são “necessárias” para os “passarinhos”, como se também não fossem necessárias para preservar agricultores;

4 - e ainda, que a “natureza” pela qual se tem apreço, entre os agricultores, é, antes de tudo, a “natureza desnaturalizada”,^{ccxxxii} isto é, o mundo natural, entendido como caótico o qual deve ser submetido a princípios de ordem geométrica e de controle. Dessa forma, “bonita” é a “carreira” de eucaliptos e não a “floresta/sertão”.

Se somarmos a tudo isso as pressões econômicas, *stricto sensu*, para não se preservar reservas florestais, entenderemos por que mesmo os poucos remanescentes florestais do noroeste do Estado do Paraná ainda correm perigo,

apesar dos agricultores poderem sinceramente expressar sua preocupação em “preservar a natureza”.^{ccxxxiii}

Um outro exemplo dos múltiplos significados de uma floresta é dado no trabalho de Cláudia Heynemann ao analisar o reflorestamento que deu origem à atual Floresta da Tijuca, realizado a partir de 1861. Em geral, afirmava-se que a causa do reflorestamento era a crise de abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro, diante da qual surgiu a necessidade de proteção dos mananciais situados na Tijuca. No entanto, tal explicação

revelou-se insuficiente do ponto de vista histórico e metodológico, [...] e ainda que, os registros documentais assinalavam a crise do abastecimento d’água na cidade, apontavam para diversas outras causas como a sua distribuição e armazenamento. Além disso, impunha-se nestas fontes o discurso da salubridade, da ciência botânica, do recreio público, da utilidade das árvores como reserva de madeiras de construção.^{ccxxxiv}

A autora insere o processo de reflorestamento da Tijuca como parte de uma “*mudança de atitudes e valores para com a natureza*” e de formação do Estado-Nacional, no século XIX. A floresta da Tijuca era, na época, um exemplo de civilização: “*Era um exemplo de planejamento, domínio e transformação das marcas mais evidentes do passado colonial, assegurando ainda a preservação de um estilo de vida distintivo, nobre, benigno.*”^{ccxxxv} A floresta representava uma ruptura com o passado colonial explorador, atentando às preocupações “modernas” de conservação; era uma vitrine na corte, na capital, para os estrangeiros observarem a “natureza brasileira”. Natureza que era um elemento fundamental na constituição da identidade nacional e, portanto, da “classe senhorial”.^{ccxxxvi}

Considerações finais

Dizem que Dean gostava de abrir caminhos, e isso certamente ele fez. Sua obra ainda será de leitura obrigatória por, no mínimo, uma geração de historiadores ambientais. Levaremos anos para percorrer os caminhos por ele abertos, corroborando a afirmação de Stuart B. Schwartz de que os temas dos livros de Dean são sempre “amplos, sempre importantes.”^{ccxxxvii}

A Ferro e Fogo foi um primeiro passo, mas não possui uma “abordagem analítica” e metodológica que dê conta de fazer um “estudo [histórico] da relação entre a floresta e o homem”.^{ccxxxviii} Ao contrário do que se afirmou sobre a obra,^{ccxxxix} mesmo para uma história do desflorestamento ou dos usos dos recursos naturais, temos muitas questões ainda a serem pensadas.^{ccxl} Desta forma, Dean estava correto ao prever que “as deficiências da [sua] pesquisa se [mostrariam] tão inspiradoras a outros historiadores quanto seus eventuais méritos.”^{ccxli}

Os trabalhos dos últimos anos apontaram pelo menos dois pontos principais que devem ser considerados.

Primeiro, deve-se diminuir a escala de análise. A proposta de abordar

um bioma se mostrou demasiado ousada, o que ganhamos com a unidade do sistema biofísico, perdemos ao não dar conta da diversidade dos sistemas sócio culturais. O próprio Dean estava ciente dessas insuficiências no seu trabalho, mas esperava que isso fosse estimular “outros historiadores a pesquisar esse vasto domínio natural de maneira mais local e minuciosa.”^{ccxlii} Todavia a proposta de partir de biomas, às vezes para além das fronteiras nacionais, era a proposta de Dean, como mostra o fato de que, quando de sua morte, estava preparando-se para abordar o planalto andino. Todavia, sem uma grande equipe de pesquisa e um aparato do tipo que raramente se tem em história, as múltiplas variáveis necessárias para se fazer um “estudo [histórico] da relação entre a floresta e o homem”^{ccxliii} não poderiam ser manejadas com eficácia. Elas são bem mais manejáveis quando reduzimos a escala de análise, como nos vários trabalhos aqui apresentados. Questão, aliás, já mencionada muito cedo por Christian Brannstrom, à partir de uma perspectiva geográfica:

Em lugar de ‘procurar pela história da última árvore’ com uma narrativa que se estende do Gondwa até a presente crise ecológica, os geógrafos são mais interessados em como terras desflorestadas - como produto de forças locais e regionais - foram fatores de coação sobre indivíduos, famílias e a ação institucional; e como se fez um contestado *locus* de negociação e interpretação. Isto é possível com estudos menos propensos para grandes agregações espaciais que acrescentem mais complexidade (ou superem inexistências) da ênfase de Dean nas instituições estatais como cruciais para entender o desflorestamento no sul do Brasil.^{ccxliv}

Um segundo elemento é o cuidado com a diferença, de forma especial – porém não somente, as diferenças culturais. Diferentes racionalidades, diferentes universos simbólicos, à partir dos quais os sujeitos agem no mundo, devem ser compreendidos não apenas para narrar as histórias silenciadas de nossa relação destruidora para com a floresta, mas para perceber todos os matizes de nossas relações pretéritas com elas; para podermos pensar outras relações com as florestas no futuro.^{ccxlv}

Por fim, a diversidade de trabalhos aqui citados que têm a floresta como sujeito, ou pelo menos como um dos sujeitos, suscita uma questão central: há uma história das florestas em termos teóricos e metodológicos? A resposta, me parece ser não. Isto não quer dizer que não haja teoria e metodologia desenvolvidas nesse sentido. Aqui mesmo tive a oportunidade de citar diferentes autores que abordam a floresta, ora enfatizando mais a sua apropriação, ora mais as suas representações.^{ccxlvi} Portanto, mais que ausência, temos uma profusão de abordagens, que abarcam problemas diferentes que envolvem essa personagem, gerando uma fragmentação no “objeto”, que por mais que possamos tentar, dentro de uma matriz disciplinar, buscar formas mais integrais de tratar nossos fenômenos de estudo, faz-se necessário abordagens com equipes de pesquisa inter e/ou transdisciplinar para termos uma visão mais integral, ao invés de esperar que um pesquisador individual ou vários pesquisadores

analisando um mesmo “objeto”, mas sem estabelecer as conexões, sejam capazes de realizar tal tarefa.^{ccxlvii} Contudo, esse último debate vai além das pretensões desse artigo.

Notas

- clxxiii Sobre a história ambiental norte-americana Cf. WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4., n. 8, p. 198-215, 1991.
- clxxiv Seu primeiro trabalho de fôlego nesta temática foi: DEAN, Warren. **O Brasil e a luta pela borracha**. São Paulo: Nobel, 1989.
- clxxv O mais próximo disto é um trabalho produzido contemporaneamente ao de Dean, a saber: DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental**: Os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.
- clxxvi DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 20.
- clxxvii *Ibid.*, p. 28
- clxxviii DEAN, 1996. op. cit., p. 22 O autor cita: “J.-Ch. Heusser e G. Claraz, “Des principaux produits des provinces brésiliennes de Rio de Janeiro et de Minas Gerais,” *Flores des serres et des jardins de l’Europe*, 14 (1959), 169.”
- clxxix Sobre ecodesenvolvimento Cf. WEBER, Jacques. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, Pulo Freire; _____. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: Novos desafios para a pesquisa ambiental. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 115-146. p. 121.
- clxxx ARNOLD, David. **La naturaleza como problema histórico**: El medio, la cultura y la expansión de Europa. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 10.
- clxxxi DEAN, 1996. op. cit., p. 23
- clxxxii *Ibid.*, p. 22
- clxxxiii *Ibid.*, p. 23
- clxxxiv Com tal preocupação com a “natureza pura” mantêm-se a “divisão entre paisagem natural e paisagem criada pelo homem”, que contribui pouco para uma história das florestas, como se abordará. S. Schama, em termos um pouco diferentes, também, questiona tal divisão. Cf. SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 23, *passim*.
- clxxxv DEAN, 1996. op. cit., p. 28
- clxxxvi *Ibid.*, p. 24
- clxxxvii *Ibid.*, p. 23
- clxxxviii Parte das críticas aqui apresentadas foram desenvolvidas com Eunice Sueli Nodari em outros textos que publicamos juntos: CARVALHO, Ely Bergo; NODARI, Eunice Sueli. *Natureza, História e Cultura: uma abordagem da história das florestas*. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA CULTURAL, 1., 2002, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUC/RS., 2002. 1 CD-ROM.
- clxxxix WORSTER, op. cit., p. 205
- cxc CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: A expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 270.
- cxci Sobre o sistema de agrossilvicultura, Cf. CUNHA, Aécio S., BASTOS FILHO, Guilherme Soria. O sistema agrossilvicultural da bracatinga. In: LOPES, Ignez Vidigal; et al. (Orgs.). **Gestão Ambiental no Brasil**: experiência e sucesso. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. Sobre os seringueiros na Amazônia Cf. MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. **História e Meio Ambiente no Acre**. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela. (Orgs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. 1 ed. Londrina: Editora UEL, 2001. p. 231-246.
- cxcii DEAN, 1996. op. cit., p. 24

- ^{exciii} BALÉE, William. Diversidade amazônica e a escala humana do tempo. In: SIMPÓSIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO SUL, 1., 2003, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 14-28. A ecologia hoje é dividida por dois modelos na análise, um que afirma que a única forma de preservar a biodiversidade é excluir a presença humana das Unidades de Conservação; e outro que propõem que isto é possível com a presença humana, ou pelo menos que é a forma mais viável e justa de “preservação”, mesmo que reduza no longo prazo a biodiversidade. A pesquisa de Belée reforça o argumento destes últimos, a pesquisa de Dean buscou apoiar as teses dos primeiros. Segundo Lúcia Ferreira, tal debate na atualidade está polarizado, em um radicalismo político que dificulta a busca de alternativa para o empasse. FERREIRA, Lúcia da Costa. **Dimensões Humanas da Biodiversidade: Conflitos em torno de Áreas Protegidas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.chf.ufsc.br/~ppgsp>>. Acesso em: 26 mar. 2003.
- ^{exciv} Sobre o conceito de paisagem, Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216.
- ^{exciv} BALÉE, W. Cultura na Vegetação da Amazônia. In: ALVES NEVES, W. (Org.). **Biologia e ecologia humana na Amazônia**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1989. p. 95-105. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216. p. 210.
- ^{excvi} SCHAMA, op. cit., p. 17
- ^{excvi} *Ibid.*, p. 380
- ^{excvi} A obra seminal de Caio Prado Júnior é a maior representante desta “visão plantacionista”. Para um esboço sintético deste debate na historiografia brasileira Cf. LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 165-184.
- ^{excix} DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. In: SIMPOSIO DE HISTÓRIA AMBIENTAL AMERICANA, 2., 2003, Santiago. **Anais**. Santiago: Universidade de Chile, 2003. 1 CD.
- ^{cc} Sobre os “caipiras” paulistas, ver: MELO E SOUZA, Antônio Cândido. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- ^{cci} WORWTER, op. cit., p. 205
- ^{ccii} MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. p. 32 (a análise original do autor foi publicada em 1953).
- ^{cciii} DEAN, 1996. op. cit., p. 284
- ^{cciv} TARIFA, José Roberto. Alterações climáticas resultantes da ocupação agrícola no Brasil. **Revista do departamento de geografia. (USP)**, São Paulo, n. 8, p. 15-27, 1994.
- ^{ccv} DEAN, 1996. op. cit., p. 298-299
- ^{ccvi} HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 95.
- ^{ccvii} DAMATTA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: _____. **Conta de mentiroso: Sete ensaios de antropologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 91-124.
- ^{ccviii} A obra magistral de K. Thomas, sobre a sensibilidade para com o “mundo natural” entre os ingleses nos séculos XVI à XVIII, sensível às diferenças no espaço e no tempo, é um boa inspiração neste sentido. THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ^{ccix} Roger L. Cunniff já chamava a atenção para o quanto a obra de Dean, neste aspecto, se manteve na órbita da elite, e da necessidade de se pensar “as bases do pensamento ambiental na cultura popular”. CUNNIFF, Roger L. Warren Dean. **The Hispanic American Historical**

- Review.** v. 76, n. 3. p. 600-601, ago. 1996. p. 601.
- ^{cex} DRUMMOND, José Augusto. Mata Atlântica: A História de uma Destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 239-250, 1996. p. 247.
- ^{cexi} *Ibid.*, p. 248. Dean argumenta ainda que a floresta foi mal aproveitada, até mesmo para a elite econômica havia formas de exploração mais “racionais” da floresta que teriam dado melhor resultado para todos. Drummond se questiona: “Qual era, verdadeiramente, a viabilidade técnica e social de usar esses recursos das formas racionais implícita ou explicitamente exigidas por Dean e ausentes em todos os processos históricos de desenvolvimento registrados? Ele não responde essas perguntas um tanto retóricas, mas a sua lógica nos autoriza a fazê-las e a dar respostas um tanto salgadas.” *Ibid.*, p. 248.
- ^{cexii} WEINSTEIN, Barbara. Warren Dean. **The American Historical Review.** v. 101. n. 3. p. 951-952, jun. 1996. p. 952.
- ^{cexiii} ARNOLD, op. cit.
- ^{cexiv} BRANNSTROM, Christian. Repensando a Mata Atlântica brasileira: cobertura vegetal e valor da terra no Oeste Paulista, 1900 a 1930. **Varia História.** Belo Horizonte, n. 26, p. 58-76, jan. 2002.
- ^{cexv} Como afirmou S. Schama, “a natureza selvagem não se demarca a si mesma, não se nomeia. [...] Nós o fazemos”. (SCHAMA, op. cit., p. 17-8.) Logo, não há “ponto de vista” que seja o da “natureza”, todos eles são humanos, o que não implica que a natureza não seja dotada de agência nos processos históricos. Cf. ARNOLD, op. cit.
- ^{cexvi} CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia no imaginário ocidental.** São Paulo: companhia das Letras, 1989. p. 301.
- ^{cexvii} HEYNEMANN, Cláudia. **Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro - século XIX.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1995.
- ^{cexviii} Os rios, por exemplo, são tratados com maestria como elementos condicionantes de longa duração na história da Amazônia por: LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- ^{cexix} ARNOLD, op. cit.
- ^{cexx} LEFF, Enrique. **Construindo a História Ambiental da América Latina.** Conferência proferida no 51º Congresso Internacional de Americanistas. Simpósio de História Ambiental Americana. Santiago: 2003. xerox.
- ^{cexxi} Como no caso do processo de desflorestamento, ocorrido no século XX, no interior de Santa Catarina, na Floresta Ombrófila Mista, conduzido principalmente por empresas madeireiras e colonizadoras. NODARI, Eunice Sueli; PAEGLE, Eduardo G. de M.; CARVALHO, Miguel M. Xavier de. As florestas do oeste catarinense sob o olhar da história In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., 2002, Florianópolis. **Anais.** Florianópolis: ANPUH. 1 CD-ROM.
- ^{cexxii} SILVA, op. cit.
- ^{cexxiii} Cf. LEFF, op. cit.
- ^{cexxiv} WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negocia”: O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico.** p. 11-73, 1987. p. 13.
- ^{cexxv} *Ibid.*
- ^{cexxvi} MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social,** São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio, 1996. p. 31, passim.
- ^{cexxvii} LEONARDI, op. cit., p. 23
- ^{cexxviii} SCHAMA, op. cit., p. 33-250, 541 et seq. Tal obra, é um bom exemplo, apesar de não trabalhar com o imaginário tropical, muitos dos elementos que ele trabalha, também, são parte do nosso “universo mental”.
- ^{cexxix} GERHARDT, Marcos. **Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente: a história da “Colônia Ijuhy” 1850-1930.** Dissertação (Mestre em História). Londrina, UEM/UEL,

2002.

- ^{ccxxx} Por exemplo, D. Worster enfatiza fortemente este aspecto, silenciando sobre os processos de reterritorialização e outros significados inscritos no ambiente. WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente e Sociedade** [online]. 2003, v. 5, n. 2, p. 23-44. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X200300002000003&Ing=pt&nrm=isso>. Acesso em 26 jul. 2004.
- ^{ccxxxi} Para reterritorialização como processo identitário, ver: LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. **Textos de História**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994. Sobre a produção de significados para o ambiente, no mundo moderno, que via além de sua mercantilização, S. Schama afirma que “se toda a história da paisagem [entendendo fundamentalmente como parte da memória social] no Ocidente de fato não passa de uma corrida insensata rumo a um universo movido a máquina, sem a complexidade de mitos, metáforas e alegorias, no qual o árbitro absoluto do valor é a medição e não a memória, no qual nossa inventividade constitui nossa tragédia, então realmente estamos presos no mecanismo de nossa autodestruição.” SCHAMA, op. cit., p. 24
- ^{ccxxxii} PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. De árvores e cidades ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa. In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. (Orgs.). **A cidade em debate**. São Paulo: Olho d’Água, 1999. p. 11-47. p. 41.
- ^{ccxxxiii} CARVALHO, Ely Bergo de. **Sombras do Passado, Projetos de Futuro**: as florestas na memória dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1947-2003. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – CHF. UFSC. Florianópolis.
- ^{ccxxxiv} HEYNEMANN, op. cit., p. 177
- ^{ccxxxv} Ibid., p. 178
- ^{ccxxxvi} Ibid., p. 178
- ^{ccxxxvii} SCHWARTZ, Stuart B. Prefácio. In: DEAN, op. cit. p. 13
- ^{ccxxxviii} DEAN, 1996. op. cit., p. 28
- ^{ccxxxix} Como apontaram: DRUMMOND, 1996. op. cit., p. 240 e WILCOX, Robert. Warren Dean. **The Americas**, v. 52, n. 3. p. 435-437, jan. 1996. p. 437.
- ^{ccxli} Ver: BRANNSTROM, op. cit.
- ^{ccxlii} DEAN, 1996, oc. cit. p. 28
- ^{ccxliii} Ibid., p. 28
- ^{ccxliv} Ibid., p. 28
- ^{ccxlv} BRANNSTROM, Christian. Warren Dean. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 85, n. 4, p. 745-48, dez. 1995. p. 747.
- ^{ccxlv} LEFF, op. cit.
- ^{ccxlvii} Isto para se manter no campo da história, sem contar com os modelos derivados da antropologia, da ecologia, e da sociologia. Sobre as abordagens derivadas da antropologia ecológica, ver: SIMPÓSIO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA DA REGIÃO SUL, 1., 2003, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2003 e LEFF, op. cit., p. 3 et. seq.; Sobre os trabalhos da sociologia, na Europa, um bom exemplo, é o de: PICOS, Xesús Adolfo Lage. **Bosques, sociedad y cultura forestal en Galicia**. Vigo: Universidade de Vigo, 2003.
- ^{ccxlvii} GARCÍA, Rolando. Interdisciplinarietà y sistemas complejos. In: LEFF, Enrique; et. al. **Ciencias Sociales y Formación Ambiental**. Barcelona: Gedisa, 1994. p. 85-125.